

ISALTINO BARBOSA NETO

O VOTO DOS EXCLUÍDOS

ANÁLISE DA INCAPACIDADE ELEITORAL ATIVA NAS HIPÓTESES DE SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS
PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SUA COMPATIBILIDADE COM O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta edição pode ser utilizada ou reproduzida
em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou
eletrônico, fotocópia, gravação etc., sem
aprovação ou autorização em sistema de banco de
dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2023 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2023 by Isaltino Barbosa Neto.



 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Kariny Martins

Controle de Qualidade

Marina Itano

Capa

Joyce Silva

Diagramação

Joyce Silva

Preparação de Texto

Nathália Sôster

Revisão

Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Larissa Teixeira
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiários

Diego Sales
Laís Silva Cordeiro
Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B238v Barbosa Neto, Isaltino.

O voto dos excluídos : análise da incapacidade eleitoral ativa nas hipóteses de suspensão dos direitos políticos previstos na Constituição de 1988 e sua compatibilidade com o Estado de Direito Democrático / Isaltino Barbosa Neto. – São Paulo : Editora Dialética, 2023. 144 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-7482-9

1. Direito eleitoral. 2. Democracia. 3. Eleições. I. Título.

CDD-324.6

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------	-----------

CAPÍTULO 1: A DEMOCRACIA E O VOTO	15
--	-----------

1	INTRODUÇÃO	15
2	A HISTÓRIA DA DEMOCRACIA ATÉ O SÉCULO XX	16
3	UM RESUMO DAS PRINCIPAIS TEORIAS DEMOCRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS	18
4	A DEMOCRACIA EM JOSEPH SCHUMPETER – O PRECURSOR DO MINIMALISMO DEMOCRÁTICO	23
5	A DEMOCRACIA EM ROBERT DAHL	30
5.1.	A VIDA E A OBRA DE ROBERT DAHL	30
5.2.	POLIARQUIA	32
6	SÍNTESE CONCLUSIVA DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS	36

CAPÍTULO 2: O VOTO, OS DIREITOS POLÍTICOS E O ESTADO DE DIREITO	39
--	-----------

1	INTRODUÇÃO	39
2	A POLÍTICA E OS DIREITOS POLÍTICOS	40
3	O ESTADO DE DIREITO	45
3.1.	CONCEPÇÕES FORMALISTAS E SUBSTANCIALISTAS SOBRE O ESTADO DE DIREITO	45
3.2.	A HISTÓRIA DO ESTADO DE DIREITO E SUA ESSÊNCIA	49
3.3.	A SOBERANIA (POPULAR) E A IGUALDADE POLÍTICA: ELEMENTO FORMAL E MATERIAL ESSENCIAL AO ESTADO DE DIREITO	54
4	A AUSÊNCIA DA CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA NO ESTADO DE DIREITO	58

CAPÍTULO 3: O SUFRÁGIO: DA RESTRIÇÃO À UNIVERSALIDADE	63
--	-----------

1	INTRODUÇÃO	63
2	DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ANTIGAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS ATÉ O ESTADO DE DIREITO	64
3	DO SUFRÁGIO RESTRITO AO SUFRÁGIO UNIVERSAL: FATOS HISTÓRICOS RELEVANTES	69
4	O SUFRÁGIO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	74
5	ANÁLISE DO SUFRÁGIO UNIVERSAL E DE SEU MOVIMENTO AMPLIATIVO – O PRINCÍPIO DO SUFRÁGIO UNIVERSAL	77

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE ENTRE A RESTRIÇÃO AO EXERCÍCIO DO VOTO E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO	81
--	-----------

1	INTRODUÇÃO	81
2	AS HIPÓTESES DE RESTRIÇÃO DO VOTO OBJETO DO PRESENTE TRABALHO: CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	82
3	ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE ENTRE A RESTRIÇÃO AO VOTO E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO	87
3.1	AS PREMISSAS PARA A ANÁLISE	87
3.2	ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE ENTRE A RESTRIÇÃO AO VOTO E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO	90
4	OS CAMINHOS POSSÍVEIS	99

CAPÍTULO 5: O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DE	
CORTES ESTRANGEIRAS/INTERNACIONAIS	105
1 INTRODUÇÃO	105
2 O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE BRASILEIRA SOBRE O ASSUNTO	106
2.1 RECURSO EXTRAORDINÁRIO 179.502 - SÃO PAULO	106
2.2 RECURSO EXTRAORDINÁRIO 601182 - MINAS GERAIS	108
2.3 ADI 6678	113
2.4 A SÍNTESE DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	116
3 O TEMA NO DIREITO COMPARADO	117
3.1 CASOS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	117
3.2 CASO SAUVE V CANADÁ	120
3.3 CASO HIRST V REINO UNIDO	125
3.4 CASO <i>AUGUST AND ANOTHER V ELECTORAL COMMISSION AND ANOTHER</i> - CORTE CONSTITUCIONAL DA ÁFRICA DO SUL	127
CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS	135